

UM DEPOIMENTO SOBRE O ESTUDO JURÍDICO

Aline Yumi Toma

O percurso para chegar até a faculdade começa no nascimento. Para algumas pessoas, entrar no ensino superior pode ser o maior objetivo de vida a ser alcançado; para outros, apenas uma perda de tempo. Tudo depende das condições familiares, sociais e financeiras de cada. Aqui, falo na posição de alguém que nasceu branca, de classe média e que recebeu suporte educacional e familiar. Como consequência, no início de 2014 eu entrava como aluna no curso de Direito na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

No tripé de ensino, pesquisa e extensão, eu me dediquei especialmente a esta última. Vivi a minha fase discente em estágios em escritórios de advocacia e órgãos públicos, sendo monitora, participando de projetos sociais, além de outras experiências que apenas uma educação integral oferece.

Já ao final do curso, o Núcleo de Práticas Jurídicas da UFERSA me apresentou um lado da advocacia que até então era desconhecido para mim, por poder voltar a minha atenção às pessoas, e não aos processos. Nesta época, também fiz junto à minha turma o XVII Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), obtendo sucesso. Logo em seguida, estaria graduando no semestre 2019.1.

A aprovação no Exame é uma faca de dois gumes quando ocorre antes da conclusão. É somada a satisfação pessoal com a possibilidade de retribuir à família o investimento aplicado em você. No entanto, amigos e familiares geram expectativas e certezas de seu grande sucesso como advogado, que despontam em certos questionamentos internos: possuo o desejo de advogar? Advogarei? Como farei tal?

Mesmo na hipótese de situação favorável, na qual o indivíduo possua condições de sustentar financeiramente o próprio escritório ou tenha algum ao qual possa se juntar, há o risco de se ter a sensação de inexperiência em razão da variedade de áreas que o Direito oferece. Naturalmente, cada aluno identifica suas predileções ao longo do curso, comumente relacionadas às atividades de pesquisa ou extensão, e ao ingressar no mercado de trabalho se depara com demandas alheias às experiências anteriores. Em meu caso, dediquei considerável tempo ao Direito Civil, gerando estranheza ao lidar, por exemplo, com o Direito Previdenciário.

Esses questionamentos são perturbadores para quem não aproveitou a faculdade para realizar *networking* e estar a par da carreira, o que gera dificuldades de inserção no mercado de trabalho graças à falta de suporte. Parece um conselho óbvio, no entanto para aqueles que desejam seguir essa atuação após se formarem, é de grande valia buscar informações ao longo do curso, ao invés de adiar para depois da aprovação no Exame da Ordem.

Fui ignorando inconscientemente essas preocupações por uma razão bastante comum nos discentes

da minha geração: o anseio por fazer concurso público. Ouso dizer que muitos que se formaram comigo também possuíam esse objetivo em mente. Ocorre que passar em um concurso público também possui seus devaneios. Se antes, uma prova como a da OAB – que é necessário apenas atingir a nota mínima – aterrorizava os candidatos, um certame com milhares de concorrentes pode exigir um verdadeiro esforço hercúleo. Ademais, o recém graduado se avalia de forma constantemente negativa, seja pela pouca idade, pela pouca experiência profissional ou pelo pouco tempo de estudo “concurseiro”.

Esclareço, pois, que o estudo acadêmico é uma brisa de provocação. Os alunos são constantemente convidados pelos professores ao exercício do questionamento. Mais que os fins, também se valorizam os meios. O estudo concurseiro, não. Não é possível se dar ao luxo de estudar apenas uma linha de pesquisa ou se aprofundar em temas específicos; nos é exigido um domínio holístico de um edital. Um fim em si mesmo. E isso, ora, a universidade não ensina, porque elas não edificam máquinas, mas seres pensantes.

Assim, aqueles que optaram ou optarão por esse caminho esbarram no dilema de tempo *versus* conteúdo programático. O volume de matérias a serem estudadas em um tempo enxuto até a data da realização da prova deve ser calculado de forma objetiva e sistemática, o que exige um período de adequação do estudante que estava acostumado com métodos diversos de avaliação. Por estas razões, ser aprovado em um concurso se torna uma meta de médio a longo prazo, a depender do cargo almejado. Quiçá seja essa uma das maiores frustrações do recém graduado: a pressa, fruto da colérica necessidade adquirida durante a faculdade de sempre acertar, porque errar não deve ser uma possibilidade.

Não deve ser surpresa ao leitor que muitos saem da universidade com um psicológico desestabilizado por permanecerem anos submetido a pressões que não respeitam calendário letivo ou férias. Por incontáveis vezes vi colegas com rendimento prejudicado por razões alheias à academia, mas que afetam diretamente: alimentação de baixa qualidade, mobilidade urbana, moradia insalubre, problemas de saúde não tratados. Todos eles provenientes da baixa renda, e que são potencializados por sair da faculdade sem estar concursado ou trabalhando em um escritório.

Como sequela, quadros depressivos e ansiosos eventualmente aparecem durante a transição brusca do *status* de estudante para o de desempregado. Para que não seja desencadeada uma soma de sintomas suficientemente ruins para estagnar a busca pelo emprego desejado, o cuidado integral à saúde mental é imprescindível. Não obstante, a referida pressão psicológica e a renda podem ser apenas alguns dos fatores dentro da equação que é a vida profissional. Estamos em um país de tamanho continental, que abriga diversas classes sociais separadas por abismos político-econômicos cujo único objetivo deveria ser fomentar ideologias inclusivas, mas que são, de fato, excludentes.

Dentro do nosso contexto pátrio, há a UFERSA, uma universidade pública de qualidade situada no interior. Ressalta-se o “R” em seu nome, que revela a sua intenção original de acolher pessoas situadas na zona rural; hoje acolhendo também outros grupos minoritários graças à expansão da educação pública de nível superior.

Se temos um país que busca por profissionais de uma classe dominante e as universidades começam

a formar pessoas de classes dominadas, uma hora a equação torna-se incongruente. Como havia dito anteriormente: a vida profissional é um produto final de um cálculo que depende de inúmeras variáveis. Dentro dele temos as dificuldades financeiras, o preconceito baseado em fenótipo, o menosprezo de gênero, o julgamento de cor. Todos eles inalistáveis, mas existentes em sua forma mais sólida, vividos por mim e por muitos outros graduandos e graduados.

Em outras palavras, a jornada profissional exige requisitos que são excludentes e, em minha visão, esse é um dos maiores – senão o maior – desafio enfrentado pelos egressos universitários (eu me incluo neste grupo). Há uma antiga expressão popularmente atribuída à Einstein, que diz: é mais fácil desintegrar um átomo que desintegrar um preconceito.

Até à conclusão deste texto, não efetuei minha inscrição nos quadros da OAB. Atualmente, sou Conciliadora Judicial na Justiça Federal e prossigo estudando para concursos públicos e problematizando preconceitos sociais que o curso de Direito nos permite enxergar.